



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ
Gabinete do Prefeito

LEI 507 DE 24 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão do Abono-FUNDEF aos profissionais do magistério da educação básica da rede Municipal de ensino de Santana do Mundaú, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAU, ALAGOAS, Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte lei:

Art.1º O Poder Executivo concederá aos profissionais da educação básica vinculados à Secretaria da Educação, em caráter excepcional, o Abono-Fundef, a partir dos recursos remanescentes do pagamento do precatório (PRC nº 136062-AL), originário do processo judicial nº 0011119-33.2003.4.05.8000, relativo à complementação da União ao município de Santana do Mundaú quanto aos exercícios financeiros de 1998 a 2006, para fins de cumprimento do disposto o art. 5º, caput e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 114/2021, e agora do art. 47-A, caput e inciso I, da lei nº 14.325, de 12 de abril de 2022.

Art.2º Poderão receber o abono previsto no artigo 1º desta lei os profissionais do magistério da educação básica, com vínculo estatutário, desde que em efetivo exercício das funções na rede pública de ensino durante o período em que ocorreram os repasses a menor do Fundef de 1997 a 2006, incluindo os aposentados que comprovarem efetivo exercício nas redes públicas escolares, nesse período, e seus os herdeiros (pensionistas), em caso de falecimento daqueles.

Art.3º O valor a ser pago a cada profissional será proporcional à jornada de trabalho e aos meses de efetivo exercício no magistério e na educação básica, no caso dos demais profissionais da educação básica previstos no inciso III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme o § 2º do art. 47-A, da lei nº 14.325, de 12 de abril de 2022.

Parágrafo único. Caso o servidor seja titular de mais de um vínculo com a Secretaria da Educação, fará "jus", em face de acumulação prevista constitucionalmente, ao recebimento do valor do abono nos respectivos vínculos, calculado na forma deste artigo.

Art.4º O valor do abono não será incorporado aos vencimentos para nenhum efeito, bem como não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária e sobre ele não incidirão os descontos previdenciários, possuindo caráter indenizatório.




ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ
Gabinete do Prefeito

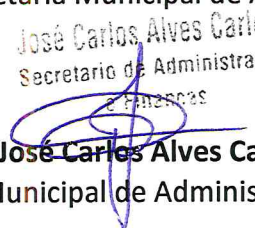
Art.5º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, conforme recursos financeiros constantes de conta municipal.

Art.6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Santana do Mundaú-AL, 24 de maio de 2022.


ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES
Prefeito de Santana do Mundaú

Publicada e Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24 de maio de 2022.


José Carlos Alves Carlota
Secretário Municipal de Administração e Finanças